



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 210/XIII/4.ª SL

Aos 14 dias do mês de maio de 2019, pelas 17:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 196 e 197, referentes às reuniões do dia 6 de maio de 2019, 10.00 e 18.00 horas, respetivamente;

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:- Projeto de Lei n.º 1212/XIII/4.ª (BE) - «Reconhece a existência de um vínculo laboral com as Ajudantes Familiares em funções em IPSS e na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa»;

Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PS;

3. Apreciação e votação do Relatório "Portugal na União Europeia - 2018" (a remeter à CAE até dia 15 de maio)

Deputada relatora: Carla Tavares (PS);

4. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 830/XIII/3.ª (Vários) - «Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência»;

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2062/XIII/4.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a promoção da atividade das amas, a regularização imediata das amas da Segurança Social ao abrigo do PREVPAP, a revisão do seu regime e medidas de combate aos falsos recibos verdes das amas enquadradas em IPSS»;

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2154/XIII/4.ª (BE) - «Recomenda ao Governo que emita orientações e aprove legislação própria com vista ao reconhecimento da existência de um vínculo laboral com as Ajudantes Familiares em funções em IPSS e na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa»;

7. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 715/XIII/2.ª (PS) - «Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal»;

8. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), deu início aos trabalhos da Comissão, entrando-se de seguida na apreciação da ordem do dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 196 e 197, referentes às reuniões do dia 6 de maio de 2019, 10.00 e 18.00 horas, respetivamente;

Submetidas a votação, as atas em epígrafe foram aprovadas por unanimidade.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 210/XIII/4.ª SL

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:- Projeto de Lei n.º 1212/XIII/4.ª (BE) - «Reconhece a existência de um vínculo laboral com as Ajudantes Familiares em funções em IPSS e na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa»;

Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PS;

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Rui Riso como autor do parecer desta iniciativa.

3. Apreciação e votação do Relatório "Portugal na União Europeia - 2018" (a remeter à CAE até dia 15 de maio)

Deputada relatora: Carla Tavares (PS);

Foi concedida a palavra à Senhora Deputada Carla Tavares (PS), que aludiu na apresentação do relatório à Estratégia Europa 2020/Semestre Europeu, ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, ao emprego e condições de trabalho (destacando a importância do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, do emprego jovem, da Autoridade Europeia do Trabalho, das condições de trabalho, em especial quanto ao destacamento de trabalhadores, e da saúde e segurança no trabalho) e às Políticas Sociais e Igualdade (entre as quais as relativas à proteção social, à igualdade de tratamento e à igualdade de género). No final, concluiu que a União Europeia dedicara uma atenção reforçada no ano de 2018 aos problemas existentes no mercado de trabalho, mantendo como prioridade a concretização de medidas favoráveis ao crescimento e à criação de emprego, bem como à proteção social, e que Portugal apoiara praticamente todas as medidas e textos de acordos alcançados com o Parlamento Europeu, e ficando ainda este ano de 2018 marcado pela efetivação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do BE e do PCP, deliberando-se a sua consequente remessa à Comissão de Assuntos Europeus.

4. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 830/XIII/3.ª (Vários) - «Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência»;

O Senhor Presidente deu conta que o GP do PS havia solicitado o adiamento deste ponto, perguntando se os Senhores Deputados pretendiam desde já fixar a metodologia a adotar para o processo legislativo.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 210/XIII/4.ª SL

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), concordando com a definição imediata, alvitrou que as propostas de alteração pudessem ser apresentadas até terça-feira, 28 de maio, logo após a suspensão dos trabalhos. No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que aconselhou o alargamento desse prazo em uma semana, considerando que seria difícil preparar este trabalho durante a campanha para as eleições para o Parlamento Europeu, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) propôs então um encontro informal entre todos os proponentes no dia seguinte, 15 de maio, para acertar o texto que seria submetido a votação, tendo porém a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) manifestado a sua indisponibilidade para essa reunião, acrescentando que em função da proliferação de processos legislativos e audições parlamentares, o seu Grupo Parlamentar só conseguiria assegurar a presença na segunda semana após as eleições. Também a Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) manifestou a impossibilidade de reunir no dia seguinte, concordando com o calendário proposto pelo GP do CDS-PP, anunciando que poderia desde já distribuir um primeiro esboço de texto final do GP do PS, e apelando a que as propostas dos demais Grupos Parlamentares pudessem circular nas duas semanas subsequentes. Por fim, sugeriu que a mencionada reunião informal pudesse ter lugar na quarta-feira, 5 de junho, com a apresentação de um texto conjunto até quarta-feira, 12 de junho, na reunião da CTSS, o que não mereceu oposição de nenhum dos presentes.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2062/XIII/4.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a promoção da atividade das amas, a regularização imediata das amas da Segurança Social ao abrigo do PREVPAP, a revisão do seu regime e medidas de combate aos falsos recibos verdes das amas enquadradas em IPSS»;

Entrou-se de seguida neste ponto dos trabalhos, desenrolando-se a discussão nos termos que constam da respetiva informação, para os quais se remete, e registando-se as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados José Moura Soeiro (BE), Sofia Araújo (PS), Diana Ferreira (PCP), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Carla Barros (PSD).

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2154/XIII/4.ª (BE) - «Recomenda ao Governo que emita orientações e aprove legislação própria com vista ao reconhecimento da existência de um vínculo laboral com as Ajudantes Familiares em funções em IPSS e na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa»;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 210/XIII/4.ª SL

Este ponto foi adiado no seguimento de pedido do GP do CDS-PP para esse efeito, não sem que antes o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) tivesse chamado a atenção para a pouca antecedência com que certos pontos eram incluídos na ordem do dia das reuniões da Comissão.

7. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 715/XIII/2.ª (PS) - «Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal»;

A redação final desta iniciativa foi fixada por unanimidade de acordo com a proposta apresentada, depois de a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) ter solicitado que a expressão «instrumentos de regulamentação coletiva **do** trabalho» fosse substituída por «instrumentos de regulamentação coletiva **de** trabalho».

8. Outros assuntos.

No derradeiro ponto desta reunião, o Senhor Presidente indagou se os Senhores Deputados entendiam que a Comissão deveria reunir na semana seguinte, a última antes das eleições para o Parlamento Europeu, retirando do silêncio geral que a próxima reunião seria tão-só realizada na quarta-feira, 29 de maio.

Posto isto, no âmbito do Grupo de Trabalho – Leis Laborais (GT-LL), a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) deu conta que a grelha de votações apresentada concentrava a votação em apenas um momento, ao contrário do que havia sido decidido no Grupo de Trabalho, que propugnara a secessão das votações em duas fases, consoante as propostas incidissem ou não sobre a Proposta de Lei n.º 136/XIII/3.ª (GOV) - «Altera o Código de Trabalho, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social» ou sobre as normas que esta alterava.

Tomou então da palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), dando conta do atraso na atividade do Grupo de Trabalho – Audiências, e apelando a que todos os Grupos Parlamentares fizessem um esforço para a realização destas reuniões, sugerindo que as mesmas pudessem ter lugar em duas terças-feiras, 28 de maio e 11 de junho, durante todo o dia, com início às 11h00.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 210/XIII/4.^a SL

No que diz respeito ao Grupo de Trabalho – Estatuto dos Cuidadores Informais (GT-EI), registou novo pedido do GP do PS de adiamento da hora e data-limite para apresentação de propostas de alteração, desta feita para as 18h00 de sexta-feira, 24 de maio. Assim sendo, propôs o agendamento de uma reunião para definição de metodologia para quarta-feira, 29 de maio, após o Plenário, realizando-se a discussão e votação na especialidade nos dias 5 e 6 de junho, quarta e quinta-feira, igualmente após as reuniões Plenárias desses dias.

Num momento posterior, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), também na qualidade de Coordenadora do GT-LL, afirmou que tanto quanto percebera haveria dois momentos de votação, mas não dois guiões, votando-se num primeiro momento todas as iniciativas e propostas de alteração conexas com a Proposta de Lei, e depois disso as demais disposições, que se resumiam aos projetos de lei sobre o trabalho noturno e por turnos.

Já o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), depois de ter lamentado o adiamento de alguns dos processos legislativos em curso, sublinhou que o seu Grupo Parlamentar pretendia que as votações ocorressem em duas fases, com dois guiões autónomos, que previsivelmente dariam origem a dois textos finais: um relativo à Proposta de Lei e respetivas alterações e outro com todas as outras matérias que extravasavam o seu âmbito. Por outro lado, não deixou de solicitar que fossem envidados os esforços necessários para incluir a votação do Projeto de Resolução n.º 2062/XIII/4.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a promoção da atividade das amas, a regularização imediata das amas da Segurança Social ao abrigo do PREVPAP, a revisão do seu regime e medidas de combate aos falsos recibos verdes das amas enquadradas em IPSS», discutido nesta reunião, no guião das votações da reunião Plenária do dia seguinte, garantindo o Senhor Presidente que seria feita uma tentativa nesse sentido, mau grado o guião já ter sido distribuído no decurso da reunião da Comissão.

Foi então concedida a palavra ao Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), que reforçou o que já havia sido referido pela Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) sobre a grelha de votações do GT-LL, aproveitando ao ensejo para solicitar o adiamento das votações, precisamente para permitir uma melhor análise e avaliação do aludido guião.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 210/XIII/4.ª SL

Retomando o uso da palavra, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), mencionando que não se opunha à apresentação de dois guiões, solicitou que fossem os proponentes a identificar as iniciativas que seriam sujeitas a votação autónoma no GT-LL.

Respondeu a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) que a adoção desse critério alargaria em demasiado o âmbito da primeira votação, pois no limite todas as matérias teriam alguma conexão com a Proposta de Lei e o Código de Trabalho, lembrando que só o GP do PCP apresentara cerca de 80 (oitenta) propostas de alteração.

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) subscreveu este entendimento, afirmando que o seu Grupo Parlamentar pretendia que fossem votados em conjunto com a Proposta de Lei as correspondentes propostas de alteração e ainda os projetos de lei da sua autoria, a saber: o P JL n.º 729/XIII/3.ª (BE), o P JL n.º 732/XIII/3.ª (BE) e o P JL n.º 904/XIII/3.ª (BE), que diziam respeito respetivamente à contratação a termo, à eliminação do banco de horas individual e da adaptabilidade individual e ao combate ao falso trabalho temporário. Para uma segunda votação ficariam as disposições do P JL n.º 496/XIII/2.ª (BE), do P JL n.º 552/XIII/2.ª (BE) e do P JL n.º 905/XIII/3.ª (BE), concernentes ao trabalho noturno e por turnos, ao direito de desconexão profissional e à presunção legal de aceitação de despedimento, até porque as audições haviam sido realizadas em outros momentos.

Por sua vez, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) advogou que deveriam ser respeitadas as regras do processo legislativo, pelo que todas as propostas de alteração à Proposta de Lei deveriam ser votadas em conjunto com esta, recusando-se a coordenar o Grupo de Trabalho noutros termos.

Já o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) assinalou que os membros do GT-LL do GP do CDS-PP e do GP do PCP estavam ausentes, justificando-se assim que a discussão fosse levada a cabo em reunião do Grupo de Trabalho, com a presença de todos.

Neste momento, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) transmitiu que sendo adotada a metodologia veiculada pela Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho, o GP do BE solicitava que as três iniciativas já elencadas não fossem votadas em conjunto com a Proposta de Lei.

De igual modo, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) constatou que aparentemente nem todos os Grupos Parlamentares haviam retirado as mesmas

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 210/XIII/4.ª SL

conclusões da última reunião do GT-LL, daí que esta discussão visasse esclarecer todas as questões pendentes, obviando-se assim à realização de uma reunião do Grupo de Trabalho unicamente com esse propósito.

Tomou novamente da palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), registando a necessidade de elaboração de dois guiões, constando do primeiro a Proposta de Lei e todas as propostas de alteração apresentadas, e do outro os demais diplomas avulsos que deveriam ser votados à parte.

Posto isto, não se verificando qualquer oposição, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) deu como confirmada a realização de algumas das audiências pendentes no dia 28 de maio, terça-feira, desde as 11h até às 18h, realçando que alguns dos pedidos incluídos na tabela poderiam não ser da competência desta Comissão, ou não visar sequer a realização de audiências. Quanto ao GT-ECI, confirmou de igual forma os prazos e as reuniões já mencionadas anteriormente. Por último, e face ao que acabara de ser decidido no que concerne ao GT-LL, perguntou se o Grupo de Trabalho – Regime de Trabalho Noturno e por Turnos se mantinha encerrado ou se se justificava a sua reabertura para votações, considerando os Grupos Parlamentares presentes, de forma unânime, que a votação destas matérias deveria ocorrer no GT-LL.

A reunião foi encerrada às 18:31 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de maio de 2019.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 210/XIII/4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: